

-----ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DE
DOIS MIL E DOIS:-----

-----Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dois, realizou-se, no auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade (Primeiro Secretário) e António Maria Guerreiro (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Apreciação e aprovação da acta da sessão ordinária de 27/02/2002;-----
- 2. Leitura de expediente;-----
- 3. Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 1 do artº 53º da Lei nº 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----
- 2. Regimento dos Membros da Assembleia Municipal do Concelho de Odemira (Quadriénio 2002/ 2005): apreciação e deliberação;-----
- 3. Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 2001: apreciação e deliberação;-----
- 4. Orçamento da Receita e da Despesa e Grandes Opções do Plano da Câmara

Municipal de Odemira para o ano financeiro de 2002: apreciação e deliberação;-----

-----5. Proposta Contratual – Pedido de Empréstimo para Investimentos/ Diversos:
apreciação e deliberação;-----

-----6. Recrutamento de Dirigente para o cargo de Director de Projecto Municipal
equiparado a Chefe de Divisão – Área de Informática: apreciação e deliberação;-----

-----7. FACECO 2002 – Feira das Actividades Culturais e Económicas do Concelho de
Odemira – Proposta de Tabela de Preços: apreciação e deliberação;-----

-----8. Proposta apresentada nos termos do nº 3 do artº 11º da Lei nº 171/99, de 18 de
Setembro, para autorização de isenção de SISA, apresentada pelo senhor António Joaquim
Gonçalves de Sousa.-----

-----III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas quinze horas e quinze minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos
termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro
Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a
presença de trinta e cinco membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco
Mendes Piedade, António Amaro Freire Marreiros Figueira, António Eduardo Guerreiro da
Silva, António Joaquim Gonçalves, António Manuel de Oliveira Rita Viana, António Maria
Guerreiro, Arménio Salgado Silvestre, Augusto Inácio Maria, Carlos José Martins Cortez,
Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando José Romão da Silva
Valério, Francisco Aleixo Silveira, Hélder António Guerreiro, Horácio de Oliveira Gonçalves,
Humberto Inácio da Encarnação, João Maria Salvador, Joaquina Maria Eduarda Bernardino,
José da Silva Valério, José Manuel dos Reis Guerreiro, José Manuel Gonçalves Guerreiro,
Ilídio Anjos Ramos (Secretário da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do senhor
José Manuel Guerreiro), José Maria Joana, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Luís

Ventura Mendonça, Manuel António Dinis Coelho, Manuel Augusto Piegas Marcos, Manuel José da Silva Correia, Maria Luísa Vilão Palma, Maria Virgínia Constanço Botica, Mário Neves Páscoa Conceição, Paulo Jorge Dias Reis, Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e a ausência dos senhores Hélia Maria dos Anjos Guerreiro Lino Patrício, Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos e Manuel da Silva Cruz.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, esteve presente o senhor António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, bem como os senhores Francisco José Caldeira Duarte e Fernando Manuel Mendes Fialho, Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que à sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de Fevereiro do ano de dois mil e dois, não haviam faltas injustificadas. Informou ainda que à reunião da Comissão de Trabalho realizada no dia oito de Abril do corrente ano também não haviam faltas injustificadas.-----

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que fora previamente enviada com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à discussão.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente acta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, correspondendo a vinte e quatro votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social

Democrata, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia.-----

-----**Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia colocou, os respectivos originais, à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----A senhora Luísa Palma informou que a ocupação de espaços em Vila Nova de Milfontes era um problema antigo e alertou para o facto daquela localidade apenas possuir um espaço de vivendas na avenida junto ao rio, que estavam em vias de desaparecer. Relativamente a este assunto, disse ainda que nessa zona estava a decorrer uma alteração a uma vivenda, cuja área de ocupação era total, deixando de existir o logradouro que outrora tinha.-----

----Por último, apresentou a Moção que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**“MOÇÃO**-----

-----Considerando que a escalada de violência e a brutal ofensiva belicista das autoridades Israelitas contra o povo Palestino estão, de forma inquietante, a agravar a tensão e o conflito no Médio oriente;-----

-----Considerando que a tragédia humana provocada por essa ofensiva militar e por esses massacres estão a ensombrar a história da humanidade e a semear uma herança de ódio, sofrimento, de terror e de morte entre ambos os povos afectados, de consequências incalculáveis a prazo;-----

-----Considerando que a natureza dos confrontos e a dimensão deste conflito político e

militar, que já alastrou até às fronteiras do Líbano favorecem a sua generalização e tendem a transformá-lo numa confrontação regional de grande amplitude;-----

-----Mais, considerando que o agravamento deste conflito e o modo como nos últimos dias se tem estado a desenvolver provocando novas centenas de vítimas, como dramaticamente aconteceu no campo de refugiados de Jenin ou pondo em risco a vida de refugiados que se acolheram em locais sagrados impõe à comunidade internacional o dever de uma resposta enérgica e uma intervenção imediata;-----

-----Considerando ainda que esta escalada de violência e de guerra, a não serem rapidamente travadas tenderão a degradar, ainda mais, o clima de generalizada tensão nos países árabes e a romper com o já frágil equilíbrio económico, social, político e ambiental, a nível planetário;-----

-----Considerando, por último, a absoluta necessidade de buscar e encontrar uma solução política global para a Região que assegure, numa perspectiva de paz, de segurança, de respeito mútuo, de coexistência pacífica os direitos dos Estados da Palestina e de Israel;-----

-----O Partido Ecologista “Os Verdes” através do seu membro eleito nesta Assembleia Municipal de Odemira exprime:-----

-----O seu apoio às Resoluções N.ºs. 1397, 1402 e 1403 adoptadas pelo Conselho de segurança da ONU e reclamam a sua implementação efectiva, exigindo a retirada israelita dos territórios Palestinos ocupados e a cessação imediata de todas as acções de violência;-----

-----A sua condenação firme por todos os ataques terroristas apelando à Autoridade Palestiniana para se empenhar em evitar tais actos;-----

-----O seu total repúdio pela intervenção belicista do Primeiro Ministro Sharon cuja intervenção é um estímulo à violência e a generalização da guerra na região;-----

-----A sua condenação pela insustentável situação de prisão domiciliária a que se encontra obrigado o Presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, exigindo a imediata

devolução do seu direito a circular livremente;-----

-----A sua indignação pela forma insultuosa como as autoridades do Estado de Israel têm tratado a União Europeia e a delegação por si mandatada;-----

-----O seu apelo para que a comunidade internacional, com particular destaque para a ONU e o seu Secretário Geral, a União Europeia e a Rússia, impulsionem uma intervenção directa na região nomeadamente no estabelecimento de uma força de Paz sob a égide da ONU que ponha fim à guerra e à escalada militar e da violência na região;-----

-----O seu voto de que seja reaberto, no mais curto espaço de tempo possível, o reinício das conversações com vista ao processo de paz e ao reconhecimento e exercício dos direitos do povo Palestiniano.-----

-----30/04/02-----

-----Maria Luísa Vilão Palma”-----

-----O senhor Arménio Silvestre sugeriu ao executivo camarário para, no futuro, ter mais cuidado na atribuição de nomes aos empreendimentos municipais. Referiu ainda que, nos anos cinquenta tinha vindo para Odemira um casal, o Senhor Doutor Virgílio Passos e a Dona Joaquina Passos, que criaram um colégio que permitia às crianças com menos possibilidades económicas, o acesso ao ensino. Face ao exposto, lamentou que ao atribuírem o nome à Biblioteca Municipal de Odemira, não se tivessem lembrado dessas pessoas.-----

-----O senhor António Gonçalves, apresentou as Propostas que seguidamente se transcrevem na íntegra:-----

-----“**PROPOSTA**-----

-----1. Considerando que a experiência colhida no último mandato no que se refere a sessões da Assembleia Municipal em sedes de freguesia do Concelho, proporcionando um conhecimento do órgão mais próximo da população;-----

-----2. Considerando que a generalidade dos eleitos na Assembleia Municipal defendem a

realização de tais sessões, tendo em atenção o que atrás se disse;-----

-----Os abaixo assinados, propõem:-----

-----1. Que no presente mandato, seja prosseguida a realização de sessões da Assembleia Municipal nas sedes de freguesia do Concelho, nos moldes similares ao que passou no anterior mandato, ficando o Presidente da Assembleia com a faculdade de as marcar, ouvidos os Presidentes de Junta membros deste órgão, designadamente no que respeita a instalações para o efeito e logística de funcionamento.-----

-----Odemira, 30 de Abril de 2002-----

-----Os membros do Grupo PS na Assembleia Municipal,-----

-----**“PROPOSTA”**-----

-----1. Considerando que a experiência colhida no último mandato no que se refere a visitas da Assembleia Municipal às freguesias do Concelho, proporcionando um conhecimento mais próximo dos eleitos, quer aos constrangimentos ainda sentidos, quer às execuções dos Planos de Actividades por parte do executivo;-----

-----2. Considerando que a generalidade dos eleitos na Assembleia Municipal defendem a realização de tais visitas, tendo em atenção o que atrás se disse;-----

-----3. Considerando por fim que no anterior mandato tais deslocações se fizeram sob a forma de reuniões extraordinárias da Assembleia Municipal,-----

-----Os abaixo assinados, propõem:-----

-----1. Que no presente mandato, seja prosseguido o esquema de visitas às diversas freguesias do Concelho, nos moldes similares ao que passou no anterior mandato, ficando o Presidente da Assembleia com a faculdade de organizar tais eventos, bem como de os marcar, ouvidos os representantes dos grupos político-partidários neste órgão presentes em grupo que o coadjuvará.-----

-----Odemira, 30 de Abril de 2002-----

-----Os membros do Grupo PS na Assembleia Municipal,-----

-----O senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, apresentou a proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**“PROPOSTA”**-----

-----1. Considerando que por vezes há a necessidade de tomar decisões urgentes, que em democracia exigem a participação de todas as representações político-partidárias na Assembleia Municipal;-----

-----2. Considerando que a generalidade dos eleitos na Assembleia Municipal já defenderam poder haver um grupo representativo que pudesse coadjuvar o Presidente da Assembleia nalgumas decisões, que este, por vezes necessita tomar, situação que se passa por exemplo na Assembleia da República;-----

-----3. Considerando por fim que tal medida proporciona, como é sabido maior rapidez em determinadas situações, com a grande vantagem de exprimir a visão democrática de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal,-----

-----Os abaixo assinados, propõem:-----

-----1. Que cada grupo na Assembleia Municipal de Odemira, indique membros seus para um grupo que coadjuvará o Presidente da Assembleia , com a seguinte representatividade:-----

-----Partido Socialista.....4 membros-----

-----Coligação Democrática Unitária.....2 membros-----

-----Partido Social Democrata.....1 membro-----

-----Odemira, 30 de Abril de 2002-----

-----Os membros do Grupo PS na Assembleia Municipal,-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia, colocou à discussão e aprovação os documentos anteriormente apresentados:-----

-----a) **MOÇÃO**, apresentada pela senhora Maria Luísa Palma, membro eleito pela

Coligação Democrática Unitária, sobre “O Povo Palestino”. Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da Moção em causa, tendo a mesma sido aprovada por maioria, correspondendo a vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e três abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia;-----

-----b) **PROPOSTA**, apresentada pelo senhor António Gonçalves, membro eleito pelo Partido Socialista, sobre “Realização das sessões da Assembleia Municipal fora da sede do concelho”.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que referiu, que se deveria privilegiar mais o interior e não apenas o litoral do concelho.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia;-----

-----c) **PROPOSTA**, apresentada pelo senhor António Gonçalves, membro eleito pelo Partido Socialista, sobre “Realizações de Visitas ao Concelho de Odemira”.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que sugeriu, que as visitas não fossem tão extensas, pois nos anos anteriores tentava-se ver muitas freguesias só num dia, o que se tornava bastante cansativo.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que concordou com a intervenção anterior, uma vez que as visitas tinham como objectivo o

conhecimento por parte dos membros da Assembleia Municipal, da realidade do concelho de Odemira. Face ao exposto, sugeriu que se efectuassem quatro visitas por ano.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia;-----

-----d) **PROPOSTA**, apresentada pelo senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, sobre “Constituição de um grupo que coadjuvará o Presidente da Assembleia Municipal”.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que discordou com a constituição do grupo com elementos escolhidos segundo a representatividade na Assembleia Municipal. Disse ainda que deveria integrar o grupo, apenas um elemento de cada força partidária deste órgão.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu, que a proposta era no sentido de se criar um grupo, com as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, para ajudarem o Presidente da Assembleia, sempre que ele entendesse ou surgisse um assunto em que existissem divergências de critérios.-----

-----Interveio o senhor António Amaro Figueira que lembrou, que a Assembleia Municipal possuía um secretariado, para além de todos os membros da Assembleia Municipal deverem e puderem ajudar o Presidente do órgão. Nesse sentido, questionou sobre o objectivo concreto da constituição deste grupo e referiu que o senhor Presidente da Assembleia deveria ter uma palavra activa nesta matéria, uma vez que se tratava do seu trabalho.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou, que a proposta era no sentido de existir um grupo reduzido e representativo de pessoas, que possam ser chamadas a

debater com ele alguns problemas ou propostas que sejam apresentadas neste órgão.-----

----Disse ainda que não pretendia abdicar da sua competência legal ou dos membros da Mesa da Assembleia Municipal e lembrou que em qualquer ocasião, todos os membros deste órgão poderiam coadjuvar o Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que em mandatos anteriores tinham surgido vários assuntos problemáticos, para os quais foram criadas Comissões de Trabalho, com elementos de cada força partidária para os resolver. Disse também que, no presente mandato, isso já se tinha verificado, uma vez que tinha sido criado um Grupo de Trabalho para elaborar o Regimento dos Membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou, que as Comissões de Trabalho deveriam ser constituídas segundo o problema em questão, dado que em cada grupo partidário existiam pessoas mais abalizadas para debaterem certos e determinados assuntos pessoais e profissionais. Face ao exposto, referiu que não concordava que estivessem a constituir um grupo, com elementos fixos para debaterem todas as questões.-----

-----Interveio o senhor António Amaro Figueira que concordou com a intervenção anterior e referiu que não fazia sentido a indicação de elementos fixos e a proporcionalidade do número de elementos que integrarão o grupo em causa.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou, que a presente proposta tinha como objectivo criar um grupo de conselheiros que iriam ajudar o Presidente da Assembleia a tomar decisões sobre determinados assuntos problemáticos que apareçam.-----

-----Nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e

sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, interveio o senhor Arquitecto Francisco Duarte, Vereador da Câmara Municipal de Odemira, eleito pela Coligação Democrática Unitária, que considerou que tendo em conta o objectivo da Comissão, não fazia sentido a representação proporcional, mas apenas um elemento de cada força partidária.-----

-----Referiu ainda que segundo o seu entendimento, não havendo votações, mas penas uma troca de impressões e sensibilidades sobre determinadas matérias que posteriormente seriam discutidas em plenário, não compreendia o sentido da representatividade proporcional.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que discordou com a intervenção do senhor Vereador Francisco Duarte, uma vez que considerava que, havendo uma maioria na Assembleia Municipal, ela deveria ser respeitada. Considerou ainda que, tratando-se de conselheiros, deveria ser o senhor Presidente da Assembleia Municipal a escolher as pessoas.-----

-----Por último, sugeriu que a proposta em causa fosse colocada à votação.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que retirava o seu nome da proposta.-----

-----De acordo com o número cinco do artigo quadragésimo oitavo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, interveio o senhor Vereador Francisco Duarte que referiu, que a sua intervenção não tinha sido no sentido de que fosse retirada da discussão e votação da proposta. Tinha referido, que não entendia como justificável a representação proporcional, e bem assim que era evidente que o Partido Socialista tinha a maioria.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia que referiu, que a Lei previa que o senhor Presidente da Assembleia se pudesse aconselhar com quem entendesse.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi

aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia;-----

-----Seguidamente, registou-se a intervenção do senhor Presidente da Câmara que, relativamente ao alerta sobre a alteração da vivenda em Vila Nova de Milfontes, informou que o projecto datava do ano de dois mil, e com base numa informação técnica da Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica, tinha produzido o seguinte despacho: "Concordo com o parecer tendo em atenção o carácter excepcional do requerido, autorizo o Arquitecto Rui Pedro da Silva Graça a elaborar o projecto relativo a um seu familiar, podendo assinar o mesmo, mas sem qualquer intervenções ao nível de apreciação e parecer relativo ao licenciamento de nível camarário". Referiu ainda que a única alteração da vivenda era relativamente às varandas que no novo projecto eram suportadas por pilares e será parcialmente coberta, e bem assim disse que o índice urbanístico não era ultrapassado.-----

-----Quanto ao nome da Biblioteca Municipal de Odemira, informou que a proposta para se chamar "Biblioteca José Saramago" tinha sido efectuada quando o senhor recebeu o Prémio Nobel e haviam desígnios nacionais que falavam mais alto, pelo que em consciência não poderia votar contra tal proposta. Ainda sobre este assunto, lembrou também que tinha sido aprovado o nome do Doutor Justino Santos, ao Pavilhão Gimnodesportivo de Odemira.-----

-----Informou ainda que tinha sido solicitado por escrito, pelo senhor João Maria Salvador, membro desta Assembleia, esclarecimentos sobre os acessos à Zambujeira do Mar, bem como o reforço de água à zona antiga daquela localidade.-----

-----Relativamente a este assunto, disse que a estrada de Vale Figueira à Praia do Carvalhal tinha sido objecto de candidatura efectuada em conjunto entre a Câmara Municipal de Odemira

e a Associação de Beneficiários do Mira, ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, tendo a mesma sido chumbada. Posteriormente, foi feita nova candidatura, pela Associação de Beneficiários do Mira, a qual aguardava decisão.-----

----Quanto ao alargamento e colocação do tapete, entre a Zambujeira do Mar e a Cooperativa do Mira, informou que tinha sido assinado um protocolo com o ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, e bem assim tinham sido elaborados projectos e processos de concurso que se encontravam naquele instituto para aprovação.-----

----Por último, quanto ao reforço de água, referiu que já tinham feito um teste ao depósito, e seriam colocadas válvulas redutoras de pressão para que a tubagem velha aguentasse. Disse ainda que o empreiteiro tinha garantido que a obra estaria pronta até ao início do mês de Junho.

-----Interveio o senhor Hélder Guerreiro, membro eleito pelo Partido Socialista, que apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“**PROPOSTA**-----

-----1. Considerando que a generalidade das Assembleias Municipais do Alentejo, com maior destaque para o Distrito de Beja e no Litoral Alentejano reúne à noite;-----

-----2. Considerando que há muitos eleitos na Assembleia Municipal que defendem a mesma medida em Odemira, por as reuniões se processarem num horário mais compatível com as suas actividades, já que assim não colidiriam com as suas tarefas;-----

-----3. Considerando por fim que tal medida proporciona, como é sabido maior participação popular, por não coincidir com o horário laboral, permitindo por isso que as pessoas possam com maior probabilidade de estar presentes, usar o seu direito de audição,-----

-----Os abaixo assinados, propõem:-----

-----1. Que a Assembleia Municipal de Odemira, delibere no sentido de passar a realizar as suas reuniões ordinárias à noite a partir das 21,30 horas;-----

-----2. Que as reuniões extraordinárias possam ter igual horário, podendo no entanto e

sempre que se justifique, o Presidente da Assembleia marcar as reuniões em horário diferente.--

-----Odemira, 30 de Abril de 2002-----

-----Os membros do Grupo PS na Assembleia Municipal”-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que questionou, em que situação se encontrava o Hospital de Retaguarda de Odemira, bem como o que estava a ser equacionado a nível de urgência nas Extensões de Saúde do Concelho, durante a época balnear do corrente ano.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que colocou à discussão a proposta apresentada pelo senhor Hélder Guerreiro, sobre “O horário das Sessões da Assembleia Municipal”.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que concordava com a proposta apresentada e informou que tanto no Alentejo como no Algarve, as sessões das Assembleias Municipais eram convocadas para a noite.-----

-----Por último, propôs que o horário presente na proposta fosse alterado para as vinte e uma horas.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que referiu que discordava com a proposta e informou que, todos os membros estavam dispensados a nível profissional, por Lei, para assistirem às sessões da Assembleia Municipal. Referiu também que vivíamos num concelho enorme, em que muitas pessoas que quisessem assistir às sessões deste órgão, a partir de determinadas horas já não tinham transportes públicos para o fazer.-----

-----Por último, disse que, como mulher, fazia-lhe muita diferença que o horário das sessões fosse à noite.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma, que reforçou a intervenção da senhora Dulce Raposo e lembrou que as sessões deste órgão, por vezes, tinham a duração de seis horas, pelo que terminariam bastante tarde.-----

-----Interveio o senhor Hélder Guerreiro que considerou que o problema dos transportes

públicos no concelho, era bastante grave e se a presente sessão terminasse depois das dezanove horas, também já não tinham transportes públicos. Quanto à dispensa de serviço, referiu que haviam profissões liberais, tal como a dele, que dependiam da sua decisão e apesar de ter o maior prazer em estar nas sessões deste órgão, por vezes era difícil.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que, quando as pessoas se candidatavam nas listas partidárias deveriam ter tido em conta ao que estavam obrigados. Reconheceu também que haviam algumas Assembleias Municipais que reuniam à noite, porém não tinham Ordens de Trabalho tão extensas como a deste órgão.-----

-----Interveio novamente o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio que informou, que concordava com o problema das senhoras, no entanto haviam pessoas que seriam prejudicadas de qualquer maneira.-----

-----Interveio novamente a senhora Luísa Palma que solicitou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que não referisse “o problema das senhoras”, pois considerava que se tratava de um problema de pessoas que se esgotariam com a extensão das sessões durante a noite.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que, “lhe dava mais jeito” que as sessões se realizassem à noite, e bem assim considerou que as preocupações expressas não eram relativamente ao horário, mas sim ao prolongamento exagerado das sessões. Ainda em relação a este assunto considerou que a Lei previa o prolongamento das sessões por mais do que um dia.-----

-----Interveio novamente, o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que revelou, que ao ter referido “o problema das senhoras”, não tinha sido com a intenção de ferir a sensibilidade de ninguém.-----

-----Interveio novamente a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia

de São Luís, que disse o seguinte: “Não é uma questão de mulheres. Eu seja a que horas for, de certeza que estarei cá, sempre que a minha vida me permita. Se o que está em causa são as actividades profissionais das pessoas, acho que isso deveria ter sido tomado em conta antes da candidatura às eleições”.

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor Hélder Guerreiro que revelou que sempre tinha disponibilizado o seu tempo e espaço para participar, como é seu dever, nas questões de decisão e implementação das políticas no território.

-----Por último, referiu que apenas se tratava de uma proposta que seria colocada à votação e não era uma imposição.

-----Interveio o senhor Arménio Silvestre que sugeriu que o horário proposto fosse para as vinte horas e trinta minutos.

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que considerou importante, que ficasse deliberado o horário de término das sessões, uma vez que a Lei previa o seu prolongamento.

-----Interveio a senhora Vanda Ribeiro, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária, que apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:

-----**“PROPOSTA**

-----Já que o fundamento da proposta é o de que esta alteração dá mais jeito a alguns membros da Assembleia Municipal, proponho que as sessões ordinárias da Assembleia Municipal se realizem aos Sábados.”

-----Não havendo mais intervenções sobre a presente questão, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pelo senhor Hélder Guerreiro com a alteração do horário para as vinte horas e trinta minutos. Esta proposta foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social

Democrata, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia.-----

-----Seguidamente, foi colocada à votação a proposta apresentada pela senhora Vanda Ribeiro, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária, a qual foi rejeitada por maioria, com vinte e quatro votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia.-----

-----Ainda antes de terminar este ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o senhor Presidente da Câmara que, relativamente ao Hospital de Retaguarda de Odemira, informou que a autarquia tem vindo a apoiar a Santa Casa da Misericórdia relativamente à candidatura, aguardando-se a sua aprovação.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que o documento relativo à situação financeira do município, deveria ter sido remetido com a restante documentação para a presente sessão, no entanto, considerou que a informação contida no mesmo seria mais rigorosa, se fosse entregue no dia da sessão. Face ao exposto colocou à consideração da Assembleia Municipal a data do envio do documento em causa.-----

-----De acordo com o número três do artigo quadragésimo oitavo da Lei número cinco A,

barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, interveio o senhor Vereador Francisco Duarte, que considerou, independentemente da data da apresentação do documento em causa sobre a situação financeira do município, que o mesmo deveria relacionar-se com o orçamento do ano transacto corrigido e ainda em vigor e não com orçamento que ainda será aprovado na presente sessão.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que considerou, que enquanto o orçamento para o presente ano não fosse aprovado, estaria em vigor o orçamento do ano de dois mil e um devidamente corrigido. No entanto, para uma informação mais detalhada solicitou a presença do funcionário da Divisão Financeira da Câmara Municipal.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Francisco Duarte que, referindo-se à terceira folha do documento sobre a Actividade do Município e Situação Financeira relativamente ao primeiro quadriénio do ano de dois mil e dois, informou que o valor das receitas previstas para o corrente ano era exactamente o total do orçamento que ainda seria votado na presente sessão.-

-----Face ao exposto, solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal rigor na informação prestada à Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou o documento em causa extemporâneo, uma vez que estava a comparar percentagens referentes a um orçamento que ainda não estava aprovado.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara, que solicitou à Divisão Financeira, a elaboração de um novo documento, para distribuição por todos os membros durante a presente sessão, uma vez que não tinha sido tido em conta no documento apresentado, o orçamento que estava em vigor, mas sim o que ainda seria aprovado.-----

-----De acordo com a alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia, interrompeu a sessão para intervalo, pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos.-----

-----Pelas dezassete horas e cinquenta minutos, após verificação do quorum, retomaram-se os trabalhos.-----

-----Foi distribuído por todos os presentes novo documento relativo à Actividade do Município e Situação Financeira relativa ao primeiro quadriénio do ano de dois mil e dois, devidamente corrigido.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois:** REGIMENTO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA (QUADRIÉNIO DOIS MIL E DOIS A DOIS MIL E CINCO):

Foi presente o Regimento em causa, elaborado pelo Grupo de Trabalho criado na última sessão ordinária, o qual ficará arquivado no Maço de documentos relativos à presente sessão.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**Ponto Três:** RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE DOIS MIL E UM: Ao dar-se início ao tratamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou o porquê da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 2001: Em cumprimento do disposto na alínea e) do nº.2 do artigo 64º. da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e aprovação da Câmara Municipal, separadamente, o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência do ano de 2001, que acusava no movimento orçamental um saldo da gerência anterior de 127.789.362\$00 (CENTO E

VINTE E SETE MILHÕES, SETECENTOS E OITENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E SESSENTA E DOIS ESCUDOS) € 637.410,65 (SEISCENTOS E TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E DEZ EUROS E SESSENTA E CINCO CÊNTIMOS):- Receita cobrada durante a gerência – 3.871.127.926\$00 (TRÊS BILIÕES, OITOCENTOS E SETENTA E UM MILHÕES, CENTO E VINTE SETE MIL, NOVECENTOS E VINTE E SEIS ESCUDOS) € 19.309.104,69 (DEZANOVE MILHÕES, TREZENTOS E NOVE MIL, CENTO E QUATRO EUROS E SESSENTA E NOVE CÊNTIMOS);- Total da receita – 3.998.917.288\$00 (TRÊS BILIÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO MILHÕES, NOVECENTOS E DEZASSETE MIL, DUZENTOS E OITENTA E OITO ESCUDOS) € 19.946.515,34 (DEZANOVE MILHÕES, NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E QUINZE EUROS E TRINTA E QUATRO CÊNTIMOS);- Total da despesa efectuada durante a gerência – 3.991.656.438\$00 (TRÊS BILIÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E UM MILHÕES, SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E OITO ESCUDOS) € 19.910.298,37 (DEZANOVE MILHÕES, NOVECENTOS E DEZ MIL, DUZENTOS E NOVENTA E OITO EUROS E TRINTA E SETE CÊNTIMOS);- Saldo para a gerência seguinte – 7.260.850\$00 (SETE MILHÕES, DUZENTOS E SESSENTA MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA ESCUDOS) € 36.216,97 (TRINTA E SEIS MIL, DUZENTOS E DEZASSEIS EUROS E NOVENTA E SETE CÊNTIMOS) e, em Operações de Tesouraria, um saldo da gerência anterior de 92.102.519\$00 (NOVENTA E DOIS MILHÕES, CENTO E DOIS MIL, QUINHENTOS E DEZANOVE ESCUDOS) € 459.405,43 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINCO EUROS E QUARENTA E TRÊS CÊNTIMOS):- Entrada de fundos – 305.954.291\$00 (TREZENTOS E CINCO MILHÕES, NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E UM ESCUDOS) € 1.526.093,57 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E VINTE E SEIS MIL, NOVENTA E TRÊS EUROS E CINQUENTA E SETE CÊNTIMOS);- Saída de

fundos – 267.981.960\$00 (DUZENTOS E SESSENTA E SETE MILHÕES, NOVECENTOS E OITENTA E UM MIL, NOVECENTOS E SESSENTA ESCUDOS) € 1.336.688,38 (UM MILHÃO, TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E OITO EUROS E TRINTA E OITO CÊNTIMOS);- Saldo para a gerência seguinte – 130.074.850\$00 (CENTO E TRINTA MILHÕES, SETENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA ESCUDOS) € 648.810,62 (SEISCENTOS E QUARENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E DEZ EUROS E SESSENTA E DOIS CÊNTIMOS. A conta de documentos acusava um saldo para a gerência seguinte de 1.032.551\$00 (UM MILHÃO, TRINTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM ESCUDOS) € 5.150,34 (CINCO MIL, CENTO E CINQUENTA EUROS E TRINTA E QUATRO CÊNTIMOS).-----

-----Apreciado o Relatório de Actividades, a Câmara Municipal deliberou aprová-lo, por maioria, com 4 votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo os Senhores Vereadores da Coligação Democrática Unitária justificado o seu voto, por entenderem que as ilações políticas baseadas na análise de números e valores retirados do contexto são pouco fiáveis e não correspondem à realidade da gestão do ano de 2001, nem do mandato (quadriénio).-----

-----Seguidamente passou-se à apreciação da Conta de Gerência, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 4 votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e 3 abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Os referidos documentos vão ficar arquivados no maço de documentos respeitante à presente acta, devendo ser enviada fotocópia dos mesmos à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação, conforme dispõe a alínea c) do nº.2 do artigo 64º. da Lei nº.54-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, tendo a mesma sido aprovada por maioria, correspondendo a vinte e cinco votos a favor dos membros

eleitos pelo Partido Socialista, nove abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia.-----

-----**Ponto quatro:** ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA PARA O ANO FINANCEIRO DE DOIS MIL E DOIS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio

o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2002:- Procedeu-se à apreciação e análise das Grandes Opções do Plano para o ano de 2002, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com quatro votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar o referido documento, que vai ficar arquivado no maço de documentos respeitante à presente acta e bem assim, submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, conforme determina a alínea b), do nº.2, do artigo 53º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro-----

-----ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2002:- Procedeu-se à apreciação e análise do orçamento para o ano de 2002, elaborado de harmonia com o Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Fevereiro, que apresentava uma receita igual à despesa na importância de € 31.213.200 (TRINTA E UM MILHÕES, DUZENTOS E TREZE MIL E DUZENTOS EUROS), que vai ficar arquivado no maço de documentos, respeitante à presente acta.-----

-----A Câmara Municipal depois de ter apreciado e discutido o referido orçamento deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar e submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal aquele orçamento, conforme determina a alínea b), do

nº.2, do artigo 53º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção que lhe foi dada pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare que, considerou que a estrada de Corte Brique tinha um valor mais baixo no presente orçamento.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís que, questionou se o mapa referente às transferências correntes em dois mil e dois, para as Juntas de Freguesia, constantes na trigésima primeira folha do Orçamento da Receita e da Despesa, correspondia ao que vinha mencionado nos Protocolos de Delegação de Competências nas Junta de Freguesia.-----

----Disse ainda que nos Protocolos, na rubrica “Rede Viária e Limpeza Geral”, na alínea d), a verba a atribuir não estava quantificada.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que na reunião do Executivo Municipal tinham verificado algumas incongruências no texto dos Protocolos. Ainda em relação aos Protocolos com as Juntas de Freguesia, informou que tinham tentado fazer a distribuição de verbas da maneira mais justa possível e dentro das possibilidades da própria autarquia.-----

----Referiu ainda que o Caminho Municipal mil cento e sessenta e dois traço dois, de Corte Brique a Luzianes-Gare, continuava a estar nas prioridades do Plano Geral de Intervenção da Autarquia e apenas encontrava-se com uma verba mais baixa, porque ainda não tinham a garantia do financiamento comunitário.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação dos documentos em causa, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

----A) ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA: Foi aprovado por maioria, correspondendo a vinte e cinco votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove

votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrata Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia;-----

----B) GRANDES OPÇÕES DO PLANO: Foi aprovado por maioria, correspondendo a vinte e cinco votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrata Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia;----

-----**Ponto cinco: PROPOSTA CONTRATUAL – PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA INVESTIMENTOS/ DIVERSOS:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“EMPRÉSTIMO N.º.9015/000499/387/0019, ATÉ AO MONTANTE DE € 3.815.803,91, PARA INVESTIMENTO/DIVERSOS – PROPOSTA CONTRATUAL:”- Foram presentes os ofícios n.º.1181/02 DCP, de 2002/03/27 e 1353/02 DCP, de 2002/04/12, da Direcção de Crédito à Administração Pública, Central, Regional e Local da Caixa Geral de Depósitos, do qual consta a proposta de contrato de um empréstimo até € 3.815.803,91 (TRÊS MILHÕES, OITOCENTOS E QUINZE MIL, OITOCENTOS E TRÊS EUROS E NOVENTA E UM CÊNTIMOS) para Investimento/Diversos.-----

-----Depois de devidamente apreciado o assunto a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar a referida proposta, tendo concedido plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara para o outorgar em representação do Município.-----

-----Mais foi deliberado submeter a proposta à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, conforme estabelece a alínea d) do n.º.2 do art.º. 53.º. da Lei n.º.5-A/2002, de 11 de

Janeiro e a visto do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto na alínea a) do nº.1 do artº. 46º. da Lei nº.98/97, de 26 de Agosto e artº. 29º. da Resolução nº.7/98 MAI.19-1ª.S/PL, do Tribunal de Contas.-----

-----Os Senhores Vereadores da CDU votaram contra porque para além da pouca clareza em matéria de obras e montantes integrados no empréstimo patentes nas informações que originaram as deliberações da Câmara Municipal de sete de Novembro e da Assembleia Municipal de vinte de Novembro de 2001, as obras a financiar com este empréstimo, conforme minuta do contrato não correspondem às constantes naquelas deliberações, a saber: foram retiradas as obras do Pavilhão dos Alagoachos e do Cine-Teatro de Odemira e acrescentados os seguintes itens: electrificações rurais, aquisição de motoniveladora, ETAR do Campo Redondo, Loteamento da Quinta do Roça Matos e Fundação Odemira (? Presume-se que ampliação de instalações).”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a vinte e cinco votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia.-----

-----**Ponto seis:** RECRUTAMENTO DE DIRIGENTE PARA O CARGO DE DIRECTOR DE PROJECTO MUNICIPAL EQUIPARADO A CHEFE DE DIVISÃO – ÁREA DE INFORMÁTICA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“RECRUTAMENTO DE DIRIGENTE PARA O CARGO DE DIRECTOR DE PROJECTO MUNICIPAL EQUIPARADO A CHEFE DE DIVISÃO – ÁREA DE INFORMÁTICA: - Foi presente uma Informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara,

datada de 18 do corrente mês, sobre o assunto em epígrafe, a qual vai ficar arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo a mesma proposta ser submetida à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.”-----

-----De acordo com o número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, procedeu-se à votação desta proposta, por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----Votantes: Trinta e cinco votos;-----

-----Votos a favor: Trinta e três votos;-----

-----Votos contra: zero votos;-----

-----Votos (abstenção): um voto;-----

-----Votos brancos: um voto;-----

-----Votos nulos: zero votos;-----

-----Face ao exposto, a presente proposta foi aprovada por maioria.-----

-----**Ponto sete:** FACECO 2002 – FEIRA DAS ACTIVIDADES CULTURAIS E ECONÓMICAS DO CONCELHO DE ODEMIRA – PROPOSTA DE TABELA DE PREÇOS:

Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“FACECO 2002 – FEIRA DAS ACTIVIDADES CULTURAIS E ECONÓMICAS DO CONCELHO DE ODEMIRA – PROPOSTA DE TABELA DE PREÇOS:-----

-----Foi presente uma proposta contendo a tabela de preços a vigorar na FACECO-Feira das Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira do corrente ano, que será arquivada no maço de documentos respeitantes à presente acta.-----

-----Depois de devidamente apreciada a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou

aprovar a referida tabela de preços, de acordo com a alínea a) do nº.6 do artº. 64º. da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, devendo a mesma ser submetida à apreciação e aprovação da Exmª. Assembleia Municipal.”----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a vinte e três votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia.-----

-----**Ponto oito:** PROPOSTA APRESENTADA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SETENTA E UM BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, PARA AUTORIZAÇÃO DE ISENÇÃO DE SISA, APRESENTADA PELO SENHOR ANTÓNIO JOAQUIM GONÇALVES DE SOUSA:

Ao dar-se início ao tratamento deste ponto, interveio o senhor Presidente da Assembleia que explicou a razão da apresentação desta proposta que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que, referiu que o presente assunto, apesar de estar contemplado na Lei, tinha de ser aprovado pela Assembleia Municipal, no entanto questionava sobre os precedentes que esta deliberação iria abrir.-----

-----Por último, lembrou que o turismo em todo o litoral do concelho, era um investimento altamente rentável.-----

-----Interveio o senhor António Gonçalves que informou que após a análise da exposição em causa, por alguns membros do Partido Socialista, pareceu à priori, tratar-se de um bom projecto turístico, pelo que estava de parabéns o proponente, pelo investimento no Concelho de Odemira.-----

-----Por último, considerou que tendo em atenção o disposto na alínea h) do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro e na alínea a) do número seis do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, a exposição solicitada deveria ser em primeiro lugar, remetida à Câmara Municipal de Odemira, para que esse órgão, devidamente documentado, pudesse aprová-lo e propô-lo para aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se ao número dois, do primeiro artigo da Lei número cento e setenta e um, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, considerou que a presente proposta não era completamente esclarecedora a esse nível, uma vez que não quantificava o número de empregos que iria criar, e bem assim se iria manter a actividade agrícola, uma vez que se tratava de turismo rural.-----

-----Por último, considerou que ao abrirem precedentes deste tipo, as propostas tinham de ser muito bem fundamentadas ao nível das mais valias que iriam gerar, porque posteriormente ficariam sem argumentos para recusarem outros pedidos sobre empreendimentos que viessem a surgir.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que considerou, que o presente assunto era bastante pertinente, pelo que subscrevia a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís.-----

-----Informou ainda os presentes, que tinha sido entregue pelo proponente à Mesa deste órgão, um conjunto de documentos referentes ao projecto em causa, para melhor esclarecimento. -----

-----Todos os presentes tomaram o devido conhecimento.-----

Interveio o senhor António Sousa, proponente da proposta em causa que, a pedido da Mesa da Assembleia Municipal, explicou a razão da apresentação deste assunto. Informou todos os

presentes que o projecto em causa, não se situava junto à praia, mas sim no campo, tratando-se de um turismo com a vertente casa de campo e estava associado também a uma exploração agrícola. Referiu ainda que era sua pretensão a criação de postos de trabalho fixos e duradouros, o que iria depender posteriormente do sucesso do empreendimento. Considerou também que a Lei em causa era um bom auxílio para incentivar o investimento.-----

----Por último, informou que este turismo rural era composto por pequenas casas, construídas segundo a forma arquitetónica da zona. Disse ainda, que não seria apenas a Assembleia Municipal a pronunciar-se sobre a proposta, uma vez que as Finanças também teriam de decidir sobre esta matéria.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que, após ter conhecimento dos documentos referente a este processo, entregues na presente sessão, questionou se o prédio rústico em causa já tinha sido adquirido, uma vez que já havia uma serie de documentos aprovados, apesar de, no décimo primeiro parágrafo da proposta, mencionar que ainda iriam adquirir o terreno.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que, com base nos documentos apresentados, considerou que o proponente ainda iria adquirir o terreno.-----

----Por último, referiu que era entendimento da Mesa da Assembleia Municipal tendo em conta que a presente proposta tinha sido apresentada por um particular e não pela Câmara Municipal, que a mesma fosse encaminhada para a autarquia, para avaliação e aprovação e posteriormente seria apreciada por este órgão.-----

----Disse ainda que, tratando-se de poderes tributários, a Câmara Municipal, como órgão executivo tinha melhores condições para poder emitir uma proposta para apreciação deste órgão, até porque já era conhecedora do projecto e da qualidade do mesmo.-----

-----Interveio o senhor Vereador Francisco Duarte que, considerou que, juntamente com os documentos que seriam enviados à Câmara Municipal para apreciação, deveria constar um estudo de viabilidade económica sobre o empreendimento em causa e os postos de trabalho que

seriam criados.-----

----Por último, referiu que deveria ser elaborado um “regulamento” que tipificasse os casos de isenção da SISA, de acordo com esta regulamentação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi deliberado remeter o presente assunto à Câmara Municipal, para apreciação e deliberação, nos termos da alínea h) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro, conjugado com a alínea a) do número seis do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.-

-----**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio o senhor Arménio Silvestre que lamentou o encerramento do serviço diário de atendimento ao público da E.D.P. – Distribuição de Energia, S.A., em Odemira. Informou ainda que esteve duas horas para ser atendido no novo “modelo” de atendimento proporcionado pela empresa em causa.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que lembrou todos os presentes que este órgão já se tinha manifestado relativamente ao problema, através de uma proposta remetida à E.D.P., referente às deficientes condições de funcionamento dos citados serviços.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou, que a autarquia tem vindo a desenvolver esforços no sentido de sensibilizar a E.D.P. para o problema. Disse ainda que tinha havido uma reunião, onde tinham feito sentir o enorme descontentamento quer da autarquia, quer das Juntas de Freguesia e da população em geral, pois consideravam “escandaloso” o encerramento do escritório – loja, em Odemira.-----

----Por último, propôs que a Assembleia Municipal, juntamente com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia fizessem sentir o descontentamento para com este grave problema.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que, concordou com a proposta do senhor

Presidente da Câmara, pois considerava que se deveriam tomar medidas mais enérgicas para tentar combater este problema.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que partilhava inteiramente com as intervenções sobre este assunto e informou que nas Juntas de Freguesia tinham efectuado vários abaixo-assinados a contestar esta situação.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, correspondendo a vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas vinte horas.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----